



# Anais da Assembléia

N.º 56

CURITIBA, QUINTA-FEIRA EM 13 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 49.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1985.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57) Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagnão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO- procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que após ouvi-

do o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora AMÉLIA VIEIRA DA SILVA CÉSAR, genitora do Deputado Djalma de Almeida César, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de profundo pesar pelo passamento da Senhora AMÉLIA VIEIRA DA SILVA CÉSAR, ocorrido nesta Capital em data de ontem.

A extinta era casada com o Senhor Rogério de Almeida César Júnior e mãe do Deputado Djalma de Almeida César. Deixa os seguintes filhos: Maria Aparecida, Djalma, Herman, Wanderley, Reinaldo, Maria José, Antonio Carlos, Maria Amélia e Paulo Rogério.

O passamento da Senhora Amélia Vieira da Silva César veio abrir uma enorme lacuna no seio da família e à sociedade maringense, onde gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência à família, no endereço: Alameda Cabral, n.º 471, ap. 72 B CURITIBA-PR.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1985.

( ) ODENI MONGRUEL.

Apoiamento: Edmar Luiz Costa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora AMÉLIA VIEIRA DA SILVA CÉSAR, deixando viúvo o Senhor Rogério de Almeida César Júnior, e os seguintes filhos: Senhora Maria Aparecida, Djalma de Almeida César, Herman, Maria José, Reinaldo, Wanderley, Antonio Carlos, Maria Amélia e Paulo Rogério, ocorrido no dia 12.06, nessa Capital.

Requer, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Alameda Cabral, 471- ap. 72-B.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária do dia de hoje, em virtude do falecimento da Senhora Amélia Vieira César, mãe do Deputado Djalma de Almeida César.

A razão do presente pedido é para que os Deputados possam se fazer presente no velório, como também acompanhar o cortejo fúnebre.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a suspensão das sessões ordinária e extraordinária do dia de hoje, em solidariedade ao colega Deputado Djalma de Almeida César, pelo falecimento de sua mãe, Senhora Amélia Vieira da Silva César, cujo sepultamento será realizado às 17 horas de hoje no Cemitério Parque Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 108/85  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel de propriedade do Estado, constituído pela área de terras com 4.710,64 m<sup>2</sup>, encravada na área maior com 24.210 m<sup>2</sup> na cidade de Andirá, confrontando-se pela frente para a Rua Paraná, e demais especificações constantes da matrícula n.º 4.145- F.52- livro 2-T, do Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, de 16.08.83, pelo Imóvel constituído do terreno sem benfeitorias, com área de 5.692,40 metros quadrados, desmembrado da Fazenda Santo Antonio, Bairro Barreirão, incorporado ao perímetro urbano desta cidade e comarca de Andirá-Pr, com os limites e confrontações que o memorial firmado em 02.07.83, por Edna Aparecida Vieira- CREA 8.962-D assim descreve: - "O imóvel acima citado tem seu ponto inicial no marco n.º 01 (um), que está locado, em comum com terras do Loteamento Santa Inês e Grupo Escolar Santa Inês: deste marco, agora tomando rumo 68.º35'SO, distância de 14,0m, confrontando com terras do Loteamento Santa Inês, vai até o marco n.º 02 (dois). Deste marco, agora tomando rumo de 13.º27'SO, distância de 176,70m, confrontando com terras da Área Estadual, vai até o marco n.º 03 (três). Deste marco, agora tomando rumo de 45.º00'NE,

distância de 50,00m, confrontando com terras da Área DEER, vai até o marco n.º 04 (quatro). Deste marco, agora rumo de 20.º59'NO, distância de 5,0m, confrontando com terras do Estádio João Hermógenes de Andrade, vai até o marco n.º 05 (cinco): Deste marco, agora tomando rumo de 69.º15'NE, distância de 80,0m, confrontando ainda com terras do Estádio João H. Andrade, vai até o marco n.º 06 (seis). Deste marco, agora tomando rumo de 19.º38'NO, distância de 98,50m, confrontando com o Grupo Escolar Santa Inês, vai até o marco n.º 01 (um), que é o marco inicial, fechando-se assim o polígono irregular que encerra uma área de 5.692 m<sup>2</sup>, localizado no município de Andirá, de propriedade de Jamil Nicolau Eid- e outros, conforme especificações e confrontações, constantes do Registro averbado sob R-1, matrícula 4.659,

Fls. 177, livro 2-V, de 14.05.85, do Registro de Imóveis da Comarca de Andirá.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

A área de terras que se pretende seja permutada não possui, atualmente, qualquer utilidade para o Estado no Município de Andirá e irá ocasionar um benefício maior com o recebimento do imóvel aqui descrito naquele mesmo município com possibilidades de real aproveitamento para o Poder Público, já que esta área está localizada no perímetro urbano.

Com isso estamos apresentando o presente plano de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 109/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- A contratação, pelo Poder Público, de empréstimos e/ou financiamentos em moeda estrangeira, bem como a fixação de prazos de amortização e carência, juros, taxas e comissões, deverão obrigatoriamente, obedecer aos critérios e normas específicas adotadas pelas autoridades monetárias federais e às exigências dos órgãos encarregados da política econômica-financeira da União.

Art.2.º- O pagamento de comissões locais de intermediação ou de agenciamento, ou de quaisquer outras despesas, mesmo que em moeda nacional, dependerá sempre de prévia autorização das autoridades mencionadas no artigo anterior.

Art.3.º- Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

É da mais alta conveniência para os cofres públicos, em todos os empréstimos e/ou financiamentos em moeda estrangeira, quando contratados pelo Poder Público, obedeçam rigorosamente aos critérios e normas editadas pelas autoridades monetárias federais a respeito do assunto.

Essa cautela mais se justifica no tocante à fixação de prazos e comissões, pois a eventual não observância dos requisitos legais poderá acarretar sérios prejuízos ao erário público.

Da mesma forma, é também aconselhável que os pagamentos de comissões locais de intermediação ou de agenciamento, sejam previamente submetidos ao crivo das citadas autoridades, com o que se evitará possíveis transtornos para os responsáveis pela contratação dos empréstimos ou financiamentos externos.

Contamos, assim, com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, consulto o Deputado Mário Pereira se deseja se utilizar do Grande Expediente.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, em função do ocorrido com a mãe do Deputado Djalma de Almeida César, eu declino do meu horário do Grande Expediente, mas solicito que seja dado como lido o pronunciamento que iria fazer a respeito do subsídio ao trigo, em que solicito que seja eliminado de pronto o subsídio do trigo, que é uma aberração que está a manter a estrutura agrícola nos países, principalmente Canadá, Estados Unidos e Argentina, inviabilizando os produtos básicos e populares de consumo no Brasil, e prejudicando a agricultura brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - A Mesa defere e determina ao Departamento de Taquigrafia que providencie a transcrição do pronunciamento a ser encaminhado pelo Deputado Mário Pereira.  
(Segue-se a transcrição).

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É compromisso de honra do Partido do movimento Democrático Brasileiro e da Nova República, a adoção de medidas práticas e

eficazes que permitam o estímulo à agricultura destinada à produção de bens de consumo interno e à geração de alimentos a custo mais acessível para o bolso da população brasileira. Este compromisso maior, impõe a cada membro da comunidade e especialmente aos seus representantes, a responsabilidade de discutir com isenção de ânimos, de buscar as melhores alternativas para a sua consecução. Neste sentido e aplaudindo a iniciativa da Presidência da Mesa em trazer o assunto a debate nesta Casa nos próximos dias, permito-me submeter à apreciação dos nobres companheiros alguns aspectos fundamentais à análise e reformulação da atual política de abastecimento do trigo no País.

Inicialmente, cumpre ponderarmos da importância econômica de que tal setor se reveste. Anualmente, Senhores Deputados, dois bilhões de dólares são movimentados sob a rubrica da "conta trigo". Dois bilhões de dólares evidentemente, atacam interesses, os mais diversos. Daí a necessidade de atentarmos para todas as faces do problema, com isenção de ânimos e imparcialidade.

Num breve retrospecto, observamos a busca da auto-suficiência na produção de trigo vem de há 30 anos. Mais recentemente, há exatos 13 anos (1972), dizendo-se disposto a preservar o produtor nacional e defender o consumidor brasileiro, implantou o governo do obscurantismo o chamado subsídio ao trigo. Estabeleceram-se um pouco antes (1967), o monopólio da aquisição e comercialização do cereal e o verdadeiro sistema cartorial de contas, institucionalizando um cartel no setor moageiro, que de mais de 400 empresas, reduziu a 186 os moinhos em operação, num processo de concentração jamais visto na economia do País. Ora, dirão os defensores do subsídio ou os mal informados: o que importa é garantir o preço ao produtor e preços mais acessíveis à população carente. À primeira vista, o argumento parece convincente. Se atentarmos aos detalhes, porém, concluiremos que a afirmação está eivada de inverdade. Em primeiro lugar, a política de subsídio não cumpre o objetivo básico de estimular a produção interna. Em 1972, quando de sua implantação o trigo nacional compunha 49% do total consumido no País. Hoje, em 1985, a participação do produtor nacional atinge o índice alarmante de apenas 22%. Ou seja: a cada mil quilos de trigo que consumimos, apenas 220 quilos são produzidos em território nacional. Setecentos e oitenta quilos são produzidos por agricultores americanos, canadenses ou argentinos. A situação mostra-se ainda mais dramática,

se observamos que nos últimos treze anos, a sistemática e constante política de subsídios provocou grave distorção do perfil de produção e consumo de alimentos. Passamos de um consumo "per capita" de trigo em 1960, da ordem de 31 quilos-ano, para 46 quilos-ano "per capita" em 1983. Situação inversa observa-se em relação a produtos alternativos, produzidos em solo brasileiro. A produção de feijão, arroz, milho e mandioca manteve-se praticamente estagnada nos últimos anos e estes produtos cada vez menos participam do cardápio do brasileiro. Estatísticas de 1960 indicam um consumo aparente à época, de 30 quilos-ano "per capita" de milho, consumo este que hoje deve ter regredido a cerca de cinco quilos-ano. Como se vê, Senhores Deputados, o subsídio ao trigo, além de outros reflexos negativos à economia nacional, induz artificialmente o consumo de um produto em sua maioria estrangeiro e asfixia a agricultura nacional. Estamos gerando empregos em fazendas estrangeiras, em prejuízo dos produtores brasileiros.

Passamos ao interesse do consumidor. A grande verdade, Senhores Deputados é que existe uma estreita interdependência entre o nível de consumo e os preços relativos do trigo, milho, arroz e outros alimentos. O hábito alimentar, em última instância, é ditado pelo bolso da população, quase sempre vazio. Assim não fosse, teríamos um perfil de consumo crescente também em relação ao milho, mais rico que o trigo em calorias, glicídios e lipídios; um maior consumo de arroz, mais rico em hidrato de carbono; de feijão preto, que tem praticamente o dobro de proteínas e ferro; ou mesmo da mandioca, que contém mais cálcio que o trigo. A população brasileira foi seduzida graças ao subsídio, a deixar de lado produtos tradicionais, de igual ou maior conteúdo protéico e alimentar. E o fez - observem Senhores Deputados, o contra-senso a que chegamos - pela única razão de que o governo investe recursos públicos para conter artificialmente o preço do trigo estrangeiro, enquanto mantém inacessíveis ao bolso do consumidor, produtos alternativos, produzidos aqui.

Esta incoerência, Senhores Deputados, além de influir negativamente na dieta popular, tem desdobramentos ainda mais dramáticos para a economia nacional. O consumo total de trigo está estimado no corrente ano, em seis milhões e 400 mil toneladas, das quais cinco milhões terão de ser adquirida em dólares, no exterior. Trilhões de cruzeiros, sonegados ao produtor nacional, são anualmente canalizados para o Exterior, onde irão gerar empregos, manter a estrutura de

produção agrária.

O Governo compra o trigo, repassando-o ao cartel moageiro a preços em média, 42% inferiores ao custo da aquisição. Traduzido em números, este favorecimento atinge este ano, a casa dos 800 milhões de dólares. Nos últimos treze anos, este subsídio vem sendo praticado mediante o recurso à emissão de moedas ou à colocação de títulos da dívida pública. Apenas a título de ilustração, no período de 80 a 84, os subsídios alcançaram a cifra de quatro bilhões e oitocentos milhões de dólares. Por outro lado, de acordo com informações do Banco Central, o impacto da conta trigo na expansão da base monetária evoluiu de 13% em 1981, para 37% no ano de 1984. Um levantamento mais completo junto ao Banco Central, de todo o período de vigência do subsídio vai indicar seguramente que este mecanismo contribuiu de forma extremamente dramática para o processo inflacionário. Sem esquecermos também sua participação decisiva para os atuais níveis da dívida externa. Nos últimos 13 anos, o País dispendeu aproximadamente sete bilhões de dólares na aquisição de trigo estrangeiro. Acrescidos os juros, teremos que a conta trigo nos últimos 13 anos é responsável pela evasão de 14 bilhões de dólares, o equivalente a 14% da dívida externa brasileira.

Alegam os defensores da manutenção do subsídio e do sistema cartorial de moagem, que a retirada imediata do subsídio exercerá forte pressão inflacionária. Não é verdade, Senhores Deputados. Infelizmente, a preocupação dos técnicos do Governo, responsáveis pela política do trigo não tem estado ligada a efeitos sociais ou de combate à inflação, mas, sim, ao controle momentâneo dos índices inflacionários. A manutenção do subsídio ao trigo passou a ser uma questão de índice, e não de inflação. O subsídio não é extinto porque seu impacto seria sentido num único momento. Enquanto isto, o grande efeito inflacionário da emissão de moeda para sua manutenção fica mascarado, face à demanda agregada. O mascaramento dos efeitos enflacionários tem contribuído para garantir imagem de "milagreiro" e por conseguinte, assegura o emprego do tecnocrata.

Como afirmamos inicialmente, Senhores Deputados, nossa intenção é, como representantes da maior região produtora do cereal, trazer subsídios à discussão do problema com isenção de ânimos. Observamos até aqui, que a manutenção do subsídio ao trigo é nociva ao setor rural porque remete ao exterior recursos de que a agricultura nacional, descapitalizada e desassistida pelo poder público tanto carece; à economia nacional, face à pressão

inflacionária; e ao próprio consumidor, porque tem contribuído artificialmente para a indução de hábitos alimentares, sem contarmos que o seu peso sobre a expansão de base monetária e o nível de endividamento externo e interno realimenta a inflação, corroendo seu poder aquisitivo.

Surge a indagação: quem será prejudicado com a realocação ou redirecionamento do subsídio ao trigo? Aqui está, Senhores Deputados, mais um falso argumento manipulado por defensores das atuais distorções. Apregoa-se que os maiores beneficiados pelo subsídio ao trigo são as camadas mais pobres através do Departamento Nacional do Trigo, comprovam a falsidade da informação. Os gastos com produtos derivados de trigo em São Paulo representam apenas 4% de despesa com alimentação da faixa populacional que auferir até um salário-mínimo. Enquanto isto, a população que ganha dez salários-mínimos, gasta 5,5% nos mesmos produtos. A disparidade é ainda mais acentuada no Nordeste. Naquela região, a população de renda de até um salário-mínimo dispense 3,5% de seu orçamento alimentar na aquisição de derivados de trigo, enquanto a faixa que ganha acima de dez salários-mínimos, gasta mais que o dobro, destinando 7,5%. Como se vê, o subsídio ao trigo é elitista, não favorecendo preferencialmente à faixa populacional de baixa renda.

Prossigamos no raciocínio, avaliando os possíveis efeitos de uma revisão global da atual política. A valores de fevereiro último, a adoção de uma política realista em relação ao trigo, ou seja a retirada de todo e qualquer subsídio ao consumo, refletir-se-ia num aumento da ordem de 14% do preço final do pão francês; 25% do macarrão; 15% do pão de forma e 7% de aumento no preço de biscoitos e bolos. Com base nos cálculos dos índices da Fundação Getúlio Vargas, estima-se que a retirada total do subsídio ao trigo implicaria de forma direta em um aumento do Índice Geral de Preços (IGP) da ordem de 1,02 ponto, sendo que o Índice de Custo de Vida (ICV) seria responsável por 0,28 ponto e o Índice de Preço por Atacado (IPA) em 0,75 ponto.

É justo ponderarmos que a população brasileira já se encontra à beira da exaustão. Entendemos contudo, Senhores Deputados, que a hora é de tomar decisões corajosas, que contemplem e beneficiem o universo de toda a sociedade. Não pode a Nova República - que se pretende justa - continuar praticando a injustiça e o desatino de sustentar estruturas de produção em países estrangeiros, em prejuízo da produção interna de alimentos

tradicionais, produzidos em sua quase totalidade, por pequenos agricultores.

Se atentamos para o significado dos números envolvidos neste verdadeiro descalabro que se vem cometendo, chegaremos à conclusões estarrecedoras. Oitocentos milhões de dólares, Senhores Deputados, equivalem hoje a cerca de quatro trilhões e quatrocentos bilhões de cruzeiros. O valor queimado pelo governo no subsídio ao trigo permitiria a aquisição e distribuição gratuita de quase duas vezes a produção brasileira de mandioca, estimada em 22 milhões de toneladas no corrente ano a preços de mercado (preço mínimo), 22 milhões de toneladas do produto valem hoje, dois trilhões e 681 bilhões de cruzeiros. Esta verdadeira montanha de cruzeiros - ou melhor, em sua maioria dólares que saem do País -, permitiria em outra hipótese, a aquisição e distribuição gratuita pelo governo, de 72% de toda a produção de feijão; ou 42 dos 20 milhões e 476 mil toneladas de milho produzidas no País. Ou ainda a distribuição gratuita de 56% da atual produção brasileira de arroz que tão escassamente chega à mesa das camadas mais pobres da população.

Como se vê, Senhores Deputados, a manutenção da atual política de subsídio ao trigo constitui um verdadeiro atentado ao bom senso. Pagamos em dólares, para produtores estrangeiros manterem seus empregados e auferirem seus lucros, enquanto negamos esse mesmo apoio à classe produtora brasileira. Pior ainda: além de negarmos igual apoio ao nosso agricultor, asfixiamos a sua capacidade produtiva, impondo-lhe pesada carga tributária, que inviabiliza a expansão das culturas tradicionais.

Defendemos a necessidade de estancar de vez e imediatamente esta verdadeira sangria de recursos a que vem sendo submetida a economia nacional, e por extensão, toda a sociedade. Oitocentos milhões de dólares não podem continuar sendo irresponsavelmente queimados. Como já afirmamos, o subsídio equivale a duas vezes a produção anual de mandioca, ou quase 40 milhões de toneladas do produto. Como este mesmo valor, pode o governo adquirir e distribuir gratuitamente, 72% da produção de feijão, ou quase dez milhões de toneladas de milho e derivados.

Não se trata, Senhores, de onerar ainda mais a classe consumidora. Há que preservar, melhor, recuperar seu acesso à alimentação básica. Constitui no entanto um crime, induzir artificialmente o consumo de um produto importado, em detrimento de alimentos aqui produzidos, cujo custo torna-se cada vez mais proibitivo também em função da própria

interferência governamental.

Paradoxalmente, enquanto o trigo é subsidiado em 42% do seu custo real, o milho, o feijão, o arroz, a mandioca e tantos outros produtos nossos, são taxados em 17% de ICM, sem contarmos os 2,5% de Funrural e outros impostos e taxas que incidem direta e indiretamente, elevando seu custo na prateleira do supermercado.

Todos sabemos que o feijão, o arroz, o milho e a mandioca pesam muito mais no orçamento alimentar da classe trabalhadora que o trigo e seus derivados. Se, portanto, deixar de penalizar com impostos, estes alimentos tradicionais torna-se-ão mais acessíveis ao consumidor. Projeção do IBGE indicam que a produção estimada para o corrente ano civil alcançará 54 milhões e 446 mil toneladas destes quatro produtos básicos. Orçada a valores do final de maio, esta produção atinge o valor de 26 trilhões e 813 bilhões de cruzeiros. Curiosamente, Senhores Deputados, o ICM com que o governo onera esses alimentos atinge a conta de quatro trilhões e 500 bilhões de cruzeiros, praticamente o mesmo valor gasto em subsídio ao consumo do trigo, em sua maioria estrangeiro. Num rápido e simples raciocínio, concluímos que a retirada do subsídio ao trigo e sua aplicação no estímulo e produtos nacionais permite, por exemplo, a pura e simples extinção do ICM sem qualquer ônus adicional para os cofres públicos. Com vantagens para o consumidor, que poderá ver o feijão, o arroz, o milho ou mandioca mais acessíveis ao seu bolso com redução de cerca de 17% em seu preço. Com vantagens para o setor rural, para a economia e para a sociedade como um todo.

À agricultura brasileira interessa que o governo continue presente com sua estrutura de garantia à comercialização do trigo nacional mas interessa também e principalmente, que os recursos hoje carregados ao produtor estrangeiro sejam destinados à viabilização da produção e ao estímulo ao consumo de produtos alternativos, que geram receita e absorvem mão-de-obra nos limites de nossa fronteira.

Ao consumidor brasileiro interessa poder ter à mesa a custo acessível, alimentos que permitam atender condignamente às suas necessidades mínimas.

À Nação brasileira interessa sobretudo, a tomada de uma decisão corajosa, que permita o aproveitamento pleno do potencial representado pelas suas terras e pela sua gente. Que permita simultaneamente rompermos - mesmo que em parte -, o círculo vicioso do processo inflacionário alimentado pela emissão de

moedas e crescente endividamento externo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezzi) - está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 201/84, de autoria do Senhor Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, dispondo que o funcionário ocupante do cargo de Assistente Jurídico do Poder Executivo ou de suas Autarquias, que tiver ou vier a obter o Título de Mestre ou Doutor, correlato com sua Habilitação Profissional, será enquadrado "EX-OFFICIO" e sem qualquer processo seletivo, dependendo de vaga, no cargo inicial de Procurador da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 08/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública o "DIRETÓRIO ACADÊMICO NILO CAIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 12/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Cambará uma área de terras de 1.470 m<sup>2</sup>, situado em Cambará, que deverá ser utilizada para a construção do novo prédio da Prefeitura Municipal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 14/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BOA ESPERANÇA", com sede no Município de Boa Esperança e foro no Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 17/85, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que concede o Título de Cidadão

Honorário do Paraná ao "SENHOR RUTILDO PULIDO". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 29/85, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE JESUS DE NAZARÉ", com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 37/85, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de utilidade pública o "LAR DO MENOR DOM BOSCO DE CAMPO MOURÃO", com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 53/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ESMERALDA", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 53/85, (Mensagem n.º 84/85 - ex-Proposição n.º 76/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.º Termo Aditivo de 15/03/85 ao Convênio de 28/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a OCEPAR, objetivando dar continuidade à execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicu do Algodoeiro no Estado do Paraná. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 54/85, (Mensagem n.º 50/85 - ex-Proposição n.º 56/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 07/11/84, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Medianeira, objetivando implantação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 55/85, (Mensagem n.º 90/85 - ex-Proposição n.º 80/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 6.º Termo Aditivo de 15/03/85 ao Convênio de 06/06/79, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura,

objetivando dar continuidade aos Serviços de Fiscalização do Comércio e de Produtos Fitosanitários e do Comércio de Materiais de Multiplicação Vegetal. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 56/84, (Mensagem n.º 89/85 - ex-Proposição n.º 79/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 16.º Termo Aditivo de 23/03/85, ao Convênio de 02/10/75, entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias da Agricultura e do Planejamento e o Ministério da Agricultura e a SUDESUL, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 57/85, (Mensagem n.º 49/85 - ex-Proposição n.º 55/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Amélia Vieira da Silva César, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, com apoio do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Amélia Vieira da Silva César, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Amélia Vieira César, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a suspensão da Sessão Plenária do dia de hoje, em virtude do falecimento da Senhora Amélia Vieira César, mãe do Senhor Deputado Djalma de Almeida César. Aprovado. À Diretoria

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões ordinária e extraordinária do dia de hoje, em virtude do falecimento da Senhora Amélia Vieira da Silva César, mãe do Senhor Deputado Djalma de Almeida César. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Presidência suspende os trabalhos da presente sessão, face a aprovação dos requerimentos das Lideranças do PDS e PFL.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.º 20 a 31/85.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.º 53 a 57/85.

Levanta-se a sessão.

**3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA  
ATA DA 12.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1985.  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Edgard Pimentel e Augusto Carneiro.

Às quatorze horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagnão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Curitiba, quinta, em 13.06.85

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 57/85, dando ao Município de São José, a denominação de São José das Palmeiras. - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 57/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA**

Art. 1.º - O Município de São José, criado pela Lei n.º 8.075, de 17 de abril de 1985, passa a denominar-se São José das Palmeiras.

Art. 2.º - As divisas do Município de São José das Palmeiras, passa a ser a seguinte:

- começa no arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britânia, por essa referida divisa no rumo Oeste-Leste, até o Rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo Rio até o Rio Santa Quitéria, por este, acima até a foz da primeira sanga da margem esquerda, por esta sobre a sua nascente onde em linha reta e numa linha seca alcança a cabeceira do córrego Apepu, por este abaixo até encontrar o Rio São Francisco Falso, Braço Norte, por este abaixo até a foz do córrego Serrinha, por este acima até a sua nascente, dali em linha seca até a nascente do arroio Boas Novas e por este até a divisa Sul da Fazenda Britânia, ponto de partida.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

MARIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 13/85, (Mensagem n.º 51/85 - ex-Proposição n.º 54/85), que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE**

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 15/08/84 e 20/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e os Municípios de Adrianópolis, n.º 289/84; Almirante Tamandaré, n.º 287/84; Bandeirantes, n.º 290/84; Cambará, n.º 297/84; Céu Azul, n.º 296/84;

Loanda, n.º 305/84; Mariópolis, n.º 308/84; Palmital, n.º 312/84; Quitandinha, n.º 313/84; Reserva, n.º 318/84; Salto do Lontra, n.º 320/84; São João, n.º 323/84; São Miguel do Iguacu, n.º 325/84; Tibagi, n.º 326/84; Andirá, n.º 372/84; Arapongas, n.º 370/84; Araucária, n.º 371/84; Cerro Azul, n.º 373/84; Cidade Gaúcha, n.º 374/84; Comélio Procópio, n.º 406/84; Enéas Marques, n.º 375/84; Francisco Alves, n.º 377/84; Icaíma, n.º 382/84; Itambé, n.º 379/84; Itapejara do Oeste, n.º 381/84; Jaguariaíva, n.º 384/84; Jesuítas, n.º 385/84; Jussara, n.º 383/84; Mallet, n.º 387/84; Marialva, n.º 389/84; Marilena, n.º 386/84; Mariluz, n.º 390/84; Nova Esperança, n.º 391/84; Palmas, n.º 392/84; Peabiru, n.º 393/84; Quatiguá, n.º 394/84; Quatro Barras, n.º 407/84; Rolândia, n.º 395/84; Santa Cruz do Monte Castelo, n.º 396/84; Santa Izabel do Oeste, n.º 398/84; Santo Antônio do Sudoeste, n.º 399/84; São Jorge do Oeste, n.º 400/84; Siqueira Campos, n.º 401/84; Tomazina, n.º 402/84; Ubatuba, n.º 403/84; Uniflor, n.º 404/84; e Vitorino, n.º 405/84, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos municípios enumerados acima.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

MÁRIO PEREIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 14/85, (Mensagem n.º 52/85, ex-Proposição n.º 57/85), que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, a EMOPAR e municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Unidades Policiais Militares. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 20 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR e os Municípios de BARRACÃO, 435/84, CAMBÉ, 437/84, GUARANIAÇU, 434/84, JAGUARIAÍVA, 433/84, MARILÂNDIA DO SUL, 436/84 e TOLEDO, 438/84, objetivando a construção de prédios destinados às Unidades Policiais Militares, dos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

MÁRIO PEREIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15/85, (Mensagem n.º 53/85, ex-Proposição n.º 58/85), que aprova Termos Aditivos a Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, em 15/08/84, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando execução de reparos nas Cadeias e Delegacias de Polícia dos citados municípios. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos a Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, em 15/08/84, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de BANDEIRANTES, em 05/10/84, LOANDA e RESERVA, em 20/09/84, objetivando a execução de reparos nas Cadeias e Delegacias de Polícia dos citados municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

MÁRIO PEREIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 17/85, (Mensagem n.º 62/85, ex-Proposição n.º 62/85), que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com os Municípios de LONDRINA e MANDIRITUBA, com objetivos que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de Londrina, n.º 452/84, em 28/12/84, e com o Município de Mandirituba, n.º 04/85, em 09/01/85, objetivando, respectivamente, a construção de cinco Módulos Policiais Militares e de prédio destinado a abrigar a Delegacia e Cadeia Pública.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

MÁRIO PEREIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 18/85, (Mensagem n.º 04/85, ex-Proposição n.º 06/85), que aprova 14.º e 15.º Termos Aditivos de 13/12/84 ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, o Ministério da Agricultura e a SUDESUL, através da Secretaria da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os 14.º e 15.º Termos Aditivos datados de 13/12/84, ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola e da Organização

do Conselho Estadual de Agricultura do Estado do Paraná.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente

MÁRIO PEREIRA – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 19/85, (Mensagem n.º 05/85, ex-Proposição n.º 07/85), que encaminha cópia autêntica do Primeiro Termo Aditivo de 13/12/84, ao Convênio EBTU número 007, de 15/02/84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a EBTU, a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o IPPUC, com objetivos que especifica. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Primeiro Termo Aditivo

datado de 13/12/84, ao Convênio EBTU 007/84, celebrado em 15/02/84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de CURITIBA, figurando como intervenientes a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, a Secretaria de Estado do Planejamento, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, tendo por objetivo a execução e implementação de projetos, obras e serviços de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde residem populações de baixa renda.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente

MÁRIO PEREIRA – Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.